

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS PARA ADOLESCENTES EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Gêsylla Raquel Carneiro da Silva¹

Gasperim Ramalho de Souza²

RESUMO: Este artigo propõe uma forma diferenciada de se promover a formação humana e cidadã para jovens em condição de vulnerabilidade, com trajetória de exclusão social, escolar e familiar. Com foco em uma aprendizagem centrada na dimensão social e afetiva dos alunos e suas potencialidades, a proposta busca despertar o interesse e a participação dos adolescentes em um projeto educacional inclusivo e profissionalizante, que resgate e revitalize sua autoestima e suas relações com as instituições família/escola/sociedade. A prática pedagógica objetivou situá-los no contexto corporativo, através de conteúdos próprios da área administrativa e atividades técnicas com informática e simulação de uma empresa. A experiência também possibilitou conhecimento sobre questões que dificultam a qualidade de vida da população brasileira, as possibilidades de subsistência na atual conjuntura do país, a concorrência no mercado de trabalho, os perfis individuais exigidos nos diferentes ambientes corporativos, a necessidade de formação acadêmica, a qualidade dos serviços prestados, o crescimento e a satisfação pessoal.

¹ Graduada em Pedagogia – Universidade Federal de Lavras – UFLA – e-mail:

www.carneirosilva@gmail.com

² Doutorando em Estudos de Linguagens (CEFET-MG) - Professor do Departamento de Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Lavras – DEL/UFLA; gasperim.souza@del.ufla.br

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Formação; Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira aumenta à medida que cresce a deficiência da estrutura educacional do país, gerando uma crise que abrange também o sistema de saúde e o mercado de trabalho, com políticas públicas insuficientes e ineficazes no atendimento a grande maioria dos habitantes. Agravando esse quadro, pesquisas comprovam que a baixa escolaridade da população tem se mostrado um dos fundamentais fatores que levam as pessoas à pobreza extrema e à vulnerabilidade social (KAZTMAN, 2005 apud SILVA, 2007).

Considerando o cenário brasileiro onde, apesar de esforços e avanços, há a predominância da desigualdade social, a incapacidade de oferecer um mínimo de igualdade de oportunidades as pessoas, contribui também para um grande número de adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Nessa conjuntura, cabe a escola e mesmo aos diferentes ambientes de educação não formal, como espaços de acolhimento, construção de saberes e desenvolvimento humano, fomentar práticas pedagógicas que resultem em propostas atrativas para esses jovens e efetivem possibilidades positivas em suas vidas.

O presente artigo teve como objetivo a reflexão sobre o êxito de práticas pedagógicas diferenciadas na intervenção com o público em questão, considerando a inclusão e socialização dos sujeitos, a formação, o processo de ensino-aprendizagem, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

O trabalho realizado fundamentou-se na afetividade como fator determinante no processo de mediação do ensino-aprendizagem onde, entende-se, ser necessário que o educador alie novas interpretações às ações docentes, perante as capacidades intelectuais, afetivas e emocionais dos participantes para assegurar a possibilidade das intervenções

necessárias ao seu objetivo, tendo com suporte a ludicidade como manifestação da espontaneidade dos jovens, que se expressa dando significado, prazer e originalidade ao aprender e fazer fluir a criatividade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse artigo nos ancoramos nos conceitos de vulnerabilidade social e suas relações com a condição juvenil diante de práticas e saberes pedagógicos que corroboram ou não para amenizar a trajetória desses sujeitos na sociedade.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL

Para Sierra e Mesquita (2006) o significado de vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, que se vincula aos casos de crianças e adolescentes, sobretudo os que vivem em condições de menor padrão socioeconômico. Devido a tais circunstâncias, essa população torna-se muito condicionada ao espaço físico e social do qual faz parte, o que incide, em algumas situações, na saúde desses menores, em abalos de sua condição psicológica, social ou mental. Nesse sentido, observa-se no público pesquisado, que jovens provenientes de um ambiente com carência afetiva, condições inadequadas de higiene e alimentação, moradia precária e cercados por influências negativas tem grandes chances de apresentar distúrbios em seus comportamentos.

Para Prati; Couto; Koller (2009) nos últimos anos, a utilização do termo vulnerabilidade social vem crescendo entre os meios de pesquisas sociais, educacionais e psicológicos que muitas vezes empregam forma discrepante ao termo, relacionando-o a famílias em situação de risco, famílias pobres, famílias de baixa renda, famílias de camadas populares entre outros para denotar o mesmo sentido. No entanto, o estudo dessas definições aponta para um único foco: famílias de indivíduos que se apresentam vulneráveis por estarem fragilizados e suscetíveis a fatores de risco.

Segundo o relatório de pesquisa do Atlas da Vulnerabilidade Social (2017, p.3) do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no Brasil, os índices de vulnerabilidade social se expressam na infraestrutura urbana, no capital humano e na renda e trabalho, o que significa que “quanto mais alto o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) de um território, maior é sua vulnerabilidade social e, portanto, maior a precariedade das condições de vida de sua população”.

A avaliação do IPEA reforça que as estruturas que reproduzem desigualdades são difíceis de serem superadas e resultam na desproporção de oportunidades a população,

ainda que avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento humano tenham sido observados na comparação dos anos 2000 para 2010, nota-se que os mecanismos de reprodução das desigualdades no Brasil são mais complexos e não são de simples superação, vez que estão associados a questões históricas, sociais, culturais e políticas da formação da sociedade brasileira. Neste sentido, um dos aspectos centrais na agenda de desenvolvimento brasileiro é o enfrentamento da assimetria de oportunidades expressas nas trajetórias de vida de mulheres e homens, negras/negros e brancas/brancos, residentes no campo ou na cidade. (Atlas da Vulnerabilidade Social-IPEA, 2017, p.3)

Direcionando a questão para a população jovem, Fonseca et al (2013) examinam que no Brasil, as principais vulnerabilidades que sucedem sobre os adolescentes são os riscos relacionados aos problemas com o alcoolismo e os conflitos entre casais, que tornam os menores vítimas e/ou testemunhas das mais diversas formas de violência. Além dessas precipitações, a sujeição à vulnerabilidade ainda prediz os riscos da exploração do trabalho e da prostituição juvenil e as possibilidades da gravidez precoce, do envolvimento com drogas e práticas criminosas.

2.2 A RELAÇÃO JOVEM EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE X ESCOLA

O sociólogo Groppo (2000), autor de importante pesquisa sobre a adolescência na modernidade, conceitua a juventude como uma categoria social que expressa uma reprodução sociocultural e precisa ser compreendida em suas relações, nos diferentes ambientes e contextos onde está inserida, a partir de suas manifestações e modos de vida.

A inquietação de Groppo relaciona-se ao fato de que na sociedade contemporânea, as ideias sobre a adolescência são pertinentes à noção de conflito, desordem, insensatez, um problema social a ser resolvido e que necessita de atenção por parte de todos. Trata-se de uma demanda onde a representação social que se tem das diferentes naturezas da adolescência, principalmente da transgressora ou carente, relaciona-se a algo negativo, que denigre essa etapa de vida tão importante para o crescimento e as descobertas.

Nesse sentido, Dayrell (2007) reflete em torno das múltiplas dimensões da “condição juvenil”, como sendo uma posição que os indivíduos jovens se colocam diante da vida, da sociedade e as circunstâncias necessárias a essa situação, o modo como essa juventude é vivida a partir das diferenças sociais de classe, gênero, etnia, etc. que se estabelecem através de profundas transformações socioculturais,

inicialmente, é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. (DAYRELL,2007, p.1108)

A reflexão permite acrescentar que, diante da possibilidade de desenvolver a potencialidade juvenil, as relações sociais que se constroem no meio em que os jovens estão inseridos são fundamentais para sua constituição como sujeitos sociais. No caso daqueles em condição de vulnerabilidade social, os contextos de desumanização inibem grande parte das possibilidades de desenvolvimento e impedem a promoção da qualidade de vida.

Muitas vezes os jovens são ainda vistos como futura mão de obra no mercado de trabalho sem que haja uma visão equilibrada no sentido de se valorizar suas habilidades e competências. O trabalho, por sua vez, deve mediar a autonomia, crescimento social e econômico dos jovens na sociedade, contudo, não precisa ser considerado a única forma de mensuração de sucesso por parte dos jovens.

Quando a escola se encontra situada em um bairro onde a vulnerabilidade social faz parte da vida dessa juventude, possui nas mãos a possibilidade desenvolver um trabalho diferenciado com este perfil, que certamente é privado de muitas possibilidades, mas tem pela frente o desafio que se caracteriza pelas dificuldades de não determinar a capacidade de seus alunos pela situação em que estes vivem.

Nessa abordagem e na realidade das escolas que lidam cotidianamente com adolescentes em condição de vulnerabilidade, observa-se que as pesquisas e os fazeres na área da educação são insuficientes para uma relação saudável entre a instituição e o público em evidência, pois são inúmeros os conflitos que surgem no ambiente escolar e que desafiam o sistema educacional a lhes promover a formação.

Para tanto, os educadores e a escola têm uma grande provocação a rebater, a partir do estudo e da compreensão sobre a adolescência e percebê-la em sua totalidade de especificidades e interesses, destacando suas competências ilimitadas de aprendizado e superação, de modo que a sociedade passe a reconhecer os adolescentes como autores de importantes ações para o desenvolvimento da sociedade.

Dentre os desafios que podem estabelecer a afinidade entre aluno e escola, destaca-se a promoção de ações que se proponham ao enfrentamento e superação das situações de vulnerabilidade social que atingem tantos adolescentes brasileiros. Por isso, torna-se

essencial que os profissionais envolvidos no processo educacional, em especial os professores, estejam conscientes sobre essa questão, para que alcancem e estimulem o jovem ao protagonismo dessas ações.

De acordo com o Art.2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, observa-se que, a finalidade dessa convenção só consegue ser alcançada se a escola tornar-se efetiva para formar cidadãos, se houver diálogo com a família e o Estado, que são corresponsáveis nesse processo.

Conforme assinalam Lopes et al. (2011), mesmo que a garantia do acesso à escola esteja prevista em lei, ainda são muitas as dificuldades na permanência, progressão e conclusão da escolarização na adolescência em condição de vulnerabilidade. O que torna necessário discutir a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, que pode resultar, em muitas situações, como evasão escolar, diminuição nas chances de futura inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumento das iniquidades sociais.

2.3 A RELEVÂNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS PARA A APRENDIZAGEM DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Considerando que a adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive (EISENSEIN, 2005), faz-se imperioso mensurar que não é unicamente a questão econômica que leva o adolescente a um estado de vulnerabilidade, mas também a cultura na qual está inserido e a falta de afinidade no seio familiar, aspectos que cooperam para uma realidade de exclusão social.

Para a juventude em situação de risco, as necessidades de sustento da família e para tanto, a geração de renda são priorizadas como exigências para a sobrevivência, fazendo com que o aprendizado fique distante de sua realidade e sem expectativas. Nesse entendimento, a escola representa um desafio difícil de ser suplantado por esta mocidade, porque impõe um aprendizado adverso ao seu universo cultural, rouba um precioso tempo, que poderia ser destinado à obtenção de renda (ADORNO, 1991).

Diante desse obstáculo, a escola, os meios materiais da qual dispõe, os recursos financeiros, os projetos pedagógicos e o preparo do corpo técnico e docente são elementos necessários e fundamentais para a consciência e atitude que acarretem resultados concretos na transformação de vida desses jovens. Nesse sentido, Cardoso (2005) bem afirma,

a incerteza quanto ao futuro é a nota dominante junto aos jovens em meu país. A educação cada vez mais cara, o emprego cada vez mais difícil de arranjar, a casa é cada vez mais na periferia, a saúde é cada vez mais privada (...) No entanto, a todo o momento se enche a boca com declarações de intenção feitas – os jovens são os homens do amanhã, os jovens são o futuro”. Mas que futuro perguntamos a nós? (CARDOSO, 2005, p. 26).

Com esse pensamento, o autor problematiza a ideia de se considerar os jovens como sendo o “amanhã”, sendo que na prática, eles não estão recebendo o investimento social e econômico que os permita sonhar com um futuro melhor, já que mesmo o presente é marcado pela educação cara e o desemprego.

Como prevê o art. 205, da Constituição da República Federativa do Brasil, no qual consta que uma das finalidades da prática educativa deve ser a formação do cidadão e, para isso, a escola é chamada a proporcionar o conhecimento formal. Contudo, a educação não é apenas uma questão de cidadania, pois o nível de instrução tem relação direta com a produtividade e com a riqueza material de uma nação, conseqüentemente com a prosperidade do indivíduo que dela faz parte.

Pela importância da escola na vida dos jovens em condição de vulnerabilidade, Machado (1997) propõe que uma escola cidadã deve possibilitar a produção de projetos individuais, compartilhar projetos coletivos e ter a articulação entre ambos, um fator importante para a concretização de aspirações e ações imbuídas de um significado político e social mais abrangente.

Para que essa proposta se concretize, a escola deve propor uma educação de qualidade com projetos que garantam a permanência dos adolescentes em situação de risco em um espaço propício para a realização de um processo digno de inclusão, socialização e desenvolvimento de aprendizagens significativas, em uma formação continuada e de qualidade para a inserção ao mercado de trabalho.

A partir de um propósito de qualificação como agente de mudança na vida do público analisado, denota-se o trabalho como um dos valores exaltados pela sociedade capitalista e por esse motivo, o indivíduo que tem a oportunidade de tê-lo ganha destaque e importância. Desde a Educação Básica até o Ensino Superior, a cultura educacional no país é direcionada para o mundo do trabalho, da produtividade.

Como garante a Lei e Diretrizes de Bases da Educação, em seu artigo 3º:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Com base nesse preceito, defende-se a escolha de uma proposta pedagógica voltada para a realidade do educando no contexto socioeconômico do país, buscando motivá-lo ao autoconhecimento e a consciência da necessidade de uma participação efetiva na sua formação e qualificação, na garantia de oportunidade de promoção pessoal.

Com essa intenção, o legado de Paulo Freire (1980, p. 21) também é determinante para a prática sugerida, pois sua convicção de que “todo aprendizado deve estar intimamente associado à tomada de consciência de uma situação real e vivida pelo aluno”, é motivadora, haja vista que suas propostas pedagógicas de educação de rua se relacionam diretamente com os jovens em condição de vulnerabilidade.

3 METODOLOGIA

A seguir descreveremos a natureza e formato dessa pesquisa bem como os participantes, o contexto de coleta dos cuja análise e discussão serão apresentados na seção 4 deste artigo.

3.1 NATUREZA E FORMATO DA PESQUISA

Para a execução da pesquisa, foi empregada a abordagem qualitativa na intervenção com adolescentes em condição de vulnerabilidade, que participam de um projeto social. A escolha pelo tipo de pesquisa considera a descrição de Minayo (2010, p. 57), a respeito do método qualitativo:

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos

das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

A partir das palavras de Minayo (2010) entende-se que a pesquisa qualitativa opera com embasamento em significados, motivos, anseios, crenças, valores, atitudes, e outras particularidades subjetivas próprias do humano e do social e possui caráter exploratório, descritivo, com procedimentos como a observação, análise de dados, entrevistas, discussões em grupo, que propiciam o contato direto com a situação estudada. Dessa forma, o estudo começou com o objetivo de conhecer particularidades e experiências individuais dos adolescentes para fomentar quais práticas pedagógicas seriam utilizadas na oportunidade de ministrar um curso de Auxiliar Administrativo para esses estudantes e como esse trabalho surtiria efeito.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas com os estudantes para o conhecimento prévio e a interação acerca de suas expectativas em relação ao projeto e as atividades ofertadas, também para obter dados que seriam importantes para a didática do trabalho, como o cotidiano e o contexto do qual fazem parte, fora do espaço do projeto, e a sua afinidade com a escola.

Por se tratar de pesquisa qualitativa (PRETI, 2006), optou-se pela observação participante e entrevistas, para a obtenção de mais dados que pudessem ser interpretativistas, analisando o cotidiano do ambiente e a participação dos sujeitos. Acerca da observação participativa, Preti (2006) ajuíza:

Consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de situação determinada. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um integrante do

grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. É a tentativa de o pesquisador chegar ao conhecimento da vida de um grupo, com base no interior do próprio grupo (PRETI, 2006, p.52).

De fato, na intervenção realizada, durante as aulas, a observação participativa permitiu registrar exercícios, ações, gestos, falas, enquanto as entrevistas capturaram o significado e a interpretação que os alunos deram às suas práticas.

3.2 O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA: UM PROJETO SOCIAL

O presente artigo teve como fonte de inspiração, coletas de dados e intervenção, um Projeto Social que atua em parceria com os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Confins/MG.

Em sua diretriz, o Projeto Social tem por objetivo proporcionar oficinas pedagógicas que visam à inclusão, o desenvolvimento pessoal e social, a valorização das relações humanas, a preservação do meio ambiente, qualidade de vida, alimentação, saúde e preparação para o mercado trabalho.

Trata-se de um trabalho educacional, comprometido com o resgate da autoestima, da dignidade e de valores fundamentais para o exercício da cidadania, em um espaço propício de formação contínua para o acesso ao conhecimento e a inserção no mercado de trabalho, realizado por educadores da rede municipal de ensino dos municípios parceiros.

Na concepção do referido Projeto, a oportunidade dada aos jovens, a motivação e o incentivo que lhes são proporcionados, demonstram a possibilidade de transformação através de uma abordagem social, humana, cidadã, com um foco mais específico de ensino e aprendizado, onde os alunos apresentam significativas mudanças de comportamento, atitude e surpreendem com habilidades e potencial para serem bons profissionais.

Nesse aspecto, corrobora-se ideias de Mantoan (2003, pg.19) em que, “ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como

experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno...” Diante desse conceito, entende-se que o pedagogo é desafiado a promover práticas educacionais diferenciadas que alcancem o interesse dos educandos e os motivem a participação efetiva na construção de seus próprios saberes e fazeres.

Com essa finalidade, a intervenção acontece em um contexto relacionado ao curso de Auxiliar Administrativo para os adolescentes do referido projeto social. Ao conhecê-los bem como a seus pais em reunião de acolhida e identificar através de conversas, questionário social e proficiência prévia, especificidades de experiências de vida extremas de privações e déficits que se colocam como empecilhos ao desenvolvimento e à aprendizagem, foram pensadas, planejadas e aplicadas atividades adaptadas para situar os referidos educandos no ambiente corporativo a fim de interessá-los pelos conteúdos próprios da área administrativa, já inserindo-os na experiência laborativa como possibilidade de expectativas imediatas de mudança de vida.

3.3 PROCEDIMENTOS

Para o desenvolvimento do curso foi apresentada uma exposição de motivos à coordenação do projeto, explicando a proposta de ministrar o trabalho com práticas diferenciadas e para tanto, a necessidade de algumas adaptações de espaço e equipamentos, como por exemplo, utilizar o laboratório de informática para a inclusão digital dos alunos do curso e os exercícios relacionados ao cotidiano de um escritório.

Nesse processo, tanto o lugar em que aconteceram as aulas, como o conteúdo programático do curso foram incrementados para atividades lúdicas, as quais foram introduzidas em exercícios de informática, dinâmicas de relacionamento, atendimento, competências técnicas e comportamentais e a simulação de uma empresa.

3.4 PARTICIPANTES

O Projeto Social, contexto de realização da intervenção, atualmente, é um programa que acolhe um total de 120 adolescentes, sendo 30 provenientes de cada município: Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Confins/MG, que estudam o Ensino Fundamental II nas escolas municipais e encontram-se predispostos a exclusão escolar e social.

Considerando a situação socioeconômica, em média, são alunos sob renda familiar equivalente a um salário mínimo e meio, porém, ao conhecê-los descobre-se que aproximadamente 20% trabalha para ajudar no sustento da casa: fazem “bicos” como vendedores de frutas, cuidadores de crianças, faxineiros domésticos, auxiliares de pedreiro, etc.

São turmas heterogêneas em idade, raça, cor, religião, mas se identificam através de comportamentos agressivos, depressivos, apáticos e carentes. Alguns chegam com recomendações da escola acerca de maus precedentes no contexto escolar e familiar e oferecem resistência a frequentar o Projeto. Outros, iniciam ansiosos pela oportunidade de participar de um ambiente distinto do qual fazem parte.

Os alunos encontram-se na faixa etária entre os 14 e 16 anos e residem na periferia dos municípios citados. Aproximadamente 10% não moram com os pais, vivem com avós, tios, parentes próximos, pois os pais separaram e os jovens tem problemas com padrastos e/ou madrastas.

Durante o curso, todos os estudantes participaram da intervenção objeto desse artigo e, em algumas dinâmicas, foram avaliados pelos educadores das oficinas, a Pedagoga do Projeto, a Coordenadora, o Diretor e um Psicopedagogo convidado.

3.5 AS ATIVIDADES APLICADAS

Na proposta de métodos de ensino e aprendizagem que objetivassem resultados efetivos para os jovens do Projeto Social, a pesquisadora foi convidada a ministrar um curso

profissionalizante de Auxiliar Administrativo, desafio que exigiu um diferencial na mediação do aprendizado e das atividades aplicadas, e resultou em práticas lúdicas em ambiente simulado ao corporativo, com dinâmicas individuais e de grupo.

A intencionalidade da implementação de atividades envolvendo o universo lúdico, foi despertada pela vontade de mediar os jogos e brincadeiras nas experiências com os adolescentes, haja vista serem notadas muitas carências afetivas em suas performances iniciais, em demonstrações de ausência de regras, limites, valores, etc. Nesse momento, buscou-se amparo em Rojas (2007) ao avaliar o brincar como atividade considerada própria da infância para internalizar comportamentos que irão produzir as transformações necessárias ao desenvolvimento do indivíduo, tendo como apoio Vygotsky (1991) apud Rojas (2007, pg. 27) que aprecia a brincadeira como um percurso para mudanças que levam a novos comportamentos.

As atividades foram elaboradas objetivando que os estudantes se sentissem motivados a adotar a postura de um profissional para aprender sobre determinadas funções e as executaram em laboratório adaptado em sala de aula, onde os conteúdos teóricos foram trabalhados na prática, concomitantemente. Ex: Os alunos aprenderam sobre documentos comerciais (os documentos que fazem parte da rotina de escritório, memorandos, requerimentos, ofícios, etc) e os confeccionaram no laboratório de informática, na aula seguinte. Também criaram seus próprios currículos e cartas de apresentação para futuras oportunidades de trabalho.

Nesse exercício, o desafio propôs aos alunos exercerem cargos (fictícios) específicos no ambiente corporativo e, na sala de informática, realizaram trabalhos que reconheceram importantes para o crescimento pessoal e profissional, pois lhes deram a oportunidade de treinarem várias habilidades, além de praticarem a socialização, a interação, a disciplina, compartilharem o conhecimento adquirido.

Também a dinâmica “Empresa Simulada”, uma atividade realizada com os estudantes, foi desenvolvida com o objetivo de observar comportamentos em situação

simulada de competição e conflito: comprometimento, ética, estilo de liderança, planejamento, organização, controle, trabalho de grupo, tomada de decisões, entre outros.

A tarefa proposta consistiu em criar em cada turma (30 alunos por município) uma empresa fictícia, com diretoria, gerência e departamentos para suprir uma demanda: desenvolver um jogo de dominó educativo, para crianças na faixa etária de 5 a 10 anos e concorrer com as outras turmas.

Para completar o desafio, cada equipe compôs o ORGANOGRAMA da Empresa, levando em conta os “funcionários” disponíveis (alunos); elaborou um “PLANO DE TRABALHO”, com uma breve apresentação da empresa, objetivo do lançamento do produto, detalhes do produto (característica, design, embalagem, marca, finalidade), apresentação do produto: construção da marca – anúncio – *slogan* ou *jingle*.

Finalmente, cada concorrente construiu um PROTÓTIPO DE UM JOGO DE DOMINÓ EDUCATIVO, e o apresentou ao grupo de “clientes”. O exercício contou com a colaboração de professores e coordenação do Projeto Social, que simularam ser uma equipe de compradores para o produto desenvolvido por cada empresa e avaliaram as apresentações individualmente.

Dentro do Planejamento do Curso, a execução da intervenção foi delineada em um cronograma, que previu todas as etapas cumpridas até o final do curso que aconteceu no mês de Outubro de 2017:

Tabela 1- CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Atividades/2017 Curso Aux. Administrativo	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT
Planejamento e início do curso: ambientação, apresentação de conteúdo, material didático e objetivos. Aulas expositivas.	X					

Levantamento de dados: questionários e entrevistas com alunos. Proposta de práticas diferenciadas à coordenação e reformulação do planejamento. Aulas teóricas e práticas no lab. de informática.	X	X				
Proposta aos alunos do desafio da Empresa Simulada, competição entre as turmas com premiação; detalhamento da tarefa e das atribuições; captação de prêmio e colaboradores para a avaliação da tarefa.		X	X			
Aprendizado sobre Empresa e os conteúdos relacionados; treinamento das equipes, ensaios, acompanhamento da construção da apresentação e do produto; apresentações em dias alternados para educadores e pedagoga assistirem e avaliarem.		X	X			
Reunião com educadores e coordenação do projeto para avaliação do desempenho dos alunos durante a simulação; continuação das aulas teóricas e práticas na informática; aulas práticas de atendimento, comunicação ao telefone, arquivo e protocolo de documentos.				X		
Captação de vagas de menor aprendiz para alunos do curso que apresentaram melhor rendimento.					X	
Encerramento do curso com entrega de certificados, participação dos responsáveis e encaminhamento às oportunidades de contrato de aprendizagem.						X

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise e discussão dos dados, o processo de avaliação da aprendizagem aconteceu a partir do confronto entre as situações reais e aquelas previstas no plano de curso, através de avaliações diagnósticas e autoavaliações durante todo o decorrer do processo.

Diante das atividades realizadas, a grande maioria dos estudantes participou de forma positiva, pois se mostraram comprometidos com todas as práticas, dentre elas a empresa simulada, onde cada turma trabalhou em conjunto para executar as etapas do desafio e cumpriram a proposta de maneira espontânea. Depois de cada atividade desempenhada, houve um momento de reflexões, discussões e avaliações entre os alunos e a pesquisadora, instrutora do curso.

Em relação a dinâmica da empresa, os educadores que participaram da prática, antecipadamente tomaram ciência do objetivo da simulação, ficando interessados na proposta pedagógica e foram convidados a observar a execução da tarefa como avaliadores e supostos compradores. Assistiram as apresentações e fizeram suas observações em uma ficha que lhes foi distribuída para computar cada dado a ser analisado e seus pareceres que, posteriormente, foi anexada no plano do curso.

Na ocasião, os professores reconheceram os alunos que optaram por vestir-se formalmente para o ambiente corporativo, adotaram comportamentos e vocabulários adequados ao contexto organizacional, apresentaram a empresa e os setores estruturados por eles, seu produto e expuseram seus argumentos em defesa de sua criação.

A Coordenação do Projeto também participou e, após as apresentações, convidou as turmas a expor a dinâmica aos alunos que fazem o ensino médio profissionalizante e particular no espaço onde também acontece o Projeto Social.

Nesse trabalho, muitas foram as provocações que surgiram sobre quais os principais desafios para implementar as atividades pensando na vulnerabilidade social dos alunos? Como os alunos poderiam se interessar por conhecimentos técnicos, se têm tantos déficits de aprendizado e certa aversão pela educação formal, além das dificuldades em seus

ambientes familiares? O que ensinar e como fazê-lo para causar resultados significativos para esses jovens? Como quebrar os paradigmas educacionais que os distanciam da escola e do educador? Como provocar o interesse pelo conhecimento, aliado a aprendizagem profissional e as expectativas de trabalho? Como pensar a inclusão nessa interface educacional?

A resposta para tais questionamentos se deu naturalmente, pelo envolvimento da maior parte dos estudantes com a proposta e a realização do curso e suas participações voluntárias em todas as aulas, com grande interesse pelo aprendizado prático do conteúdo e ênfase na empresa simulada que, notadamente, despertou a consciência dos alunos sobre suas performances no mercado de trabalho, na vida, na sociedade, na escola, na família.

Dentro desse ensaio, também se observou a questão da inclusão desses jovens que, diante de uma condição de risco, geralmente são sujeitos a discriminação e a auto-vitimização, características que os levam a fuga das relações de equidade e interferem em todo e qualquer processo de socialização.

Nesse quesito, o aspecto da inclusão foi relevado em todas as atividades realizadas e, em suas atuações, os estudantes demonstraram-se completamente inseridos nas questões sociais e organizacionais que a tarefa propunha, com postura positiva, que se estendeu a todo o contexto do projeto. Evidentemente, sentiram-se à vontade para relacionar-se com todos os que frequentam o lugar e fizeram amizades saudáveis, derrubando estigmas e preconceitos estereotipados na condição vulnerável a que estão sujeitos.

Retomando as perguntas suscitadas anteriormente, somos levados a crer que, diante do protagonismo dos estudantes no desenvolvimento do curso, com atitudes proativas, críticas e de cooperação na problematização do cotidiano do trabalho e das relações sociais, as experiências vivenciadas demonstraram a interação aluno/escola/educador e os apoderaram para um posicionamento na sociedade que negue e supere a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta de métodos de ensino e aprendizagem que objetivassem resultados efetivos para os jovens do Projeto Social, ministrar um curso profissionalizante de Auxiliar Administrativo foi um desafio que exigiu disposição, compromisso e criatividade na mediação do aprendizado e das atividades aplicadas em que práticas lúdicas associadas à ambientes simulados ao corporativo, apresentaram efeitos positivos.

Em turmas de adolescentes vitimados pela condição de vulnerabilidade, que demonstram aversão ao cotidiano educacional e às boas relações de convivência e que apresentam baixo nível de desempenho escolar, bem como elevado grau de carência afetiva, verifica-se que o trabalho realizado no curso lhes despertou interesse e expectativas de inserção social e profissional, bem como potencializou a autoestima e a sociabilidade.

Foi uma experiência em que, juntos, a pesquisadora e os estudantes, buscaram informações e tomaram consciência das questões que dificultam a qualidade de vida da população brasileira, avaliaram as possibilidades de subsistência na atual conjuntura do país, a concorrência no mercado de trabalho, os perfis individuais exigidos nos diferentes ambientes corporativos, a necessidade de formação acadêmica, a qualidade dos serviços prestados, o crescimento e a satisfação pessoal. Dentro da proposta de intervenção, a prática pedagógica aplicada também possibilitou exercitar e avaliar a mediação da ludicidade no aprendizado de jovens e as manifestações de criatividade, espontaneidade, alegria, interação, acato às regras, dentre outras, na ação do brincar como estímulo às capacidades inatas.

Entende-se que todas as atividades e conteúdos trabalhados durante a intervenção foram favoráveis à formação desses jovens, acreditando que potencializaram várias possibilidades, como a não exclusão, o anseio de pertença, a consciência étnica, o despertar do senso crítico, a abertura a novos desafios profissionais, que são condições imprescindíveis para a concretização da cidadania, da reconstrução e ampliação da dignidade.

Considerando os resultados satisfatórios com os indivíduos em questão, embora toda a sua contextualização, com esse trabalho, espera-se despertar e provocar educadores para práticas educativas que integrem o ensino e a aprendizagem das diversas áreas do conhecimento a contextos práticos como a instrução profissional, por exemplo, que adaptados ao universo lúdico, podem ser o diferencial para esses jovens sonharem, aspirarem e buscarem capacitação para uma vida melhor.

FOR A STYLISTIC LANGUAGE TEACHING: RESONANCES OF DIALOGICAL DISCOURSE THEORY

ABSTRACT: This article proposes a differentiated way of promoting human and citizen education for vulnerable young facing social, school and family exclusion process. Having a focus on learning focused on the social and affective dimension of students and their potentialities, this work aims at awakening the interest and participation of adolescents in an inclusive and professional educational project which will rescue and revitalize their self-esteem and their relationship with family/school/society. The pedagogical practice aimed at placing them in the corporate context, through contents related to administrative area and technical activities with informatics and simulation of a company environment. The experience also made possible to grasp knowledge on aspects which hinder the quality of life of the Brazilian population's quality of life such as: the possibilities of subsistence in the current situation of the country as well as the competition in the labor market, individual profiles required in different corporate environments, the need for academic training, the quality of services provided, personal growth and satisfaction.

KEYWORDS: Inclusion; Training; Work.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *A experiência precoce da punição*. In MARTINS, José de Souza (Coord.). *O massacre dos inocentes — A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Distrito Federal: Senado, 1988. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 10/08/2017.
- CARDOSO, V. *Juventude, Cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude (realizado de 15 a 18 de Julho de 2004 em São Paulo)*. AZEVEDO, F. P. (Org.). São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- DAYRELL, Juarez. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf>. Acesso em 01/09/2017.
- EISENSTEIN E. *Adolescência: definições, conceitos e critérios*. Adolesc. Saúde. 2005.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 08/01/2016.
- FONSECA, Franciele Fagundes et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Rev. Paul. Pediatr.* [online]. 2013, vol.31, n.2, pp.258-264. ISSN 0103-0582. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000200019. Acesso em 14 de ago. 2017.

FREIRE, Paulo. *Conscientização - teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.

LOPES, R. E. et al. *Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional*. Interface: comunicação, saúde e educação, Botucatu, v. 15, n. 36, 2011.

MACHADO, José Nilson. *Ensaio transversais: Cidadania e Educação*. São Paulo. Escrituras Editora, 1977.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; CASTELO BRANCO, V. (Org.). *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. (pp. 230-248). Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretária de Políticas de Saúde, 1999.

MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de P.; KOLLER; Sílvia Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Porto Alegre, v.25, n.3, 2009.

PRETI, Oreste. *Estudar a Distância: uma aventura acadêmica*. /Oreste Preti. Cuiabá: EdUFMT, 2006. v. 4. 118 p. il.

ROJAS, Jucimara. *Jogos, brinquedos e brincadeiras: o lúdico e o processo de desenvolvimento infantil*. Cuiabá, MT. EdUFMT, 2007

SIERRA VM. Mesquita WA. *Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes*. São Paulo em Perspec. 2006.

SILVA, Algéria Varela. *Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal*. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2007. Disponível em:
>www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf < Acesso em: 27 de jul. 2017.

VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.